



CONTAS 2020

1
ht
ll
a
y



Índice

Balanço em 31 de dezembro de 2020 e 2019	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa	6
Anexo às Demonstrações Financeira	7

Handwritten signature and initials in blue ink, including a superscript '2' and a checkmark.

FUNDAÇÃO AEP

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31 Dezembro 2020	31 Dezembro 2019
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Activos fixos tangíveis	8	2.301.490	2.324.006
Activos intangíveis	7	226.736	625
Participações financeiras	9	892.245	919.622
<i>Ações Nexponor</i>		867.071	893.622
<i>Outros</i>		25.173	26.000
Total do ativo não corrente		3.420.471	3.244.252
ATIVO CORRENTE:			
Créditos a receber	10	58.373	22.713
Estados e outros entes públicos	13	2.000	2.000
Outros ativos correntes	6 e 10	393.654	461.531
Diferimentos	14	2.131	304.491
Caixa e depósitos bancários	4	215.885	244.844
Total do ativo corrente		672.042	1.035.579
Total do ativo		4.092.513	4.279.832
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	3.875.000	3.875.000
Resultados transitados	11	(436.500)	(402.441)
Excedentes de revalorização de ativos	11	264.923	264.923
Outras variações nos fundos patrimoniais	11	136.890	2.000
		3.840.313	3.739.482
Resultado líquido do período	11	(53.368)	(34.059)
Total do fundo de capital		3.786.946	3.705.423
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Passivos por impostos diferidos	12	51.547	51.547
Total do passivo não corrente		51.547	51.547
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	10	199.436	222.372
Estado e outros entes públicos	13	10.773	19.889
Outros passivos correntes	10	43.811	23.529
Diferimentos	14	-	257.072
Total do passivo corrente		254.021	522.862
Total do passivo		305.568	574.409
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.092.513	4.279.832

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho

O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

António José Gomes Ferraz - Vogal

Maria do Rosário Gamboa Lopes de Carvalho - Vogal

Maria Fernanda Bruçó Geraldes - Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto - Vogal

FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

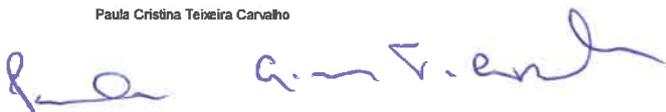
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31 Dezembro 2.020	31 Dezembro 2.019
Vendas e serviços prestados	15	99.258	62.008
Subsídios, doações e legados à exploração	16	479.914	231.338
Subsídios		445.633	151.959
Legados à exploração		34.281	79.380
Trabalhos para a Própria Entidade	7	226.612	-
Fornecimentos e serviços externos	18	(698.201)	(192.309)
Gastos com o pessoal	19	(118.205)	(115.762)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		-	(603)
Aumentos/(Reduções) de justo valor	9	(26.550)	17
Outros rendimentos e ganhos		7.815	6.146
Outros gastos e perdas		(995)	(1.524)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(30.352)	(10.688)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	(23.016)	(23.371)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(53.368)	(34.059)
Juros e rendimentos similares obtidos	17	-	-
Resultado antes de impostos		(53.368)	(34.059)
Imposto sobre o rendimento do período	20	-	-
Resultado líquido do período		(53.368)	(34.059)

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

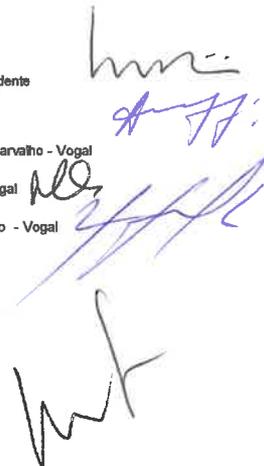
Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

António José Gomes Ferraz - Vogal

Maria do Rosário Garboa Lopes de Carvalho - Vogal

Maria Fernanda Bruçó Geralkes - Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto - Vogal



FUNDAÇÃO AEP
**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERÍODOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Montantes expressos em Euros)

2019							
	Notas	Fundos	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2019		3.850.000	(403.723)	284.923	2.000	1.282	3.714.482
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	1.282	-	-	(1.282)	-
		<u>3.850.000</u>	<u>(402.441)</u>	<u>284.923</u>	<u>2.000</u>	<u>-</u>	<u>3.714.482</u>
Resultado líquido do período						(34.059)	(34.059)
Resultado integral						<u>(34.059)</u>	<u>(34.059)</u>
Operações com instituidores no período							
Fundos	11	25.000	-	-	-	-	25.000
Subsídios, doações e legados		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
		<u>25.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.000</u>
Posição no fim do período 2019	11	<u>3.875.000</u>	<u>(402.441)</u>	<u>284.923</u>	<u>2.000</u>	<u>(34.059)</u>	<u>3.705.423</u>
2020							
	Notas	Capital realizado	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Outras variaç. fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total do fundo de capital
Posição no início do período 2020	11	3.875.000	(402.441)	284.923	2.000	(34.059)	3.705.423
Alterações no período:							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	11	-	(34.059)	-	134.890	34.059	134.890
	11	<u>3.875.000</u>	<u>(436.500)</u>	<u>284.923</u>	<u>136.890</u>	<u>-</u>	<u>3.840.314</u>
Resultado líquido do período						(53.388)	(53.388)
Resultado integral						<u>(53.388)</u>	<u>3.786.946</u>
Posição no fim do período 2020	11	<u>3.875.000</u>	<u>(436.500)</u>	<u>284.923</u>	<u>136.890</u>	<u>(53.388)</u>	<u>3.786.946</u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações de alterações nos fundos patrimoniais

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

António José Gomes Ferraz - Vogal

Maria do Rosário Gamboa Lopes de Carvalho - Vogal

Maria Fernanda Bruçó Geraldes - Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto - Vogal



FUNDAÇÃO AEP

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	2020	2019
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		128.570	115.566
Pagamentos a fornecedores		(402.611)	(205.959)
Pagamentos ao pessoal		(47.124)	(58.198)
Caixa gerada pelas operações		(321.160)	(238.589)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		79	-
Outros recebimentos / pagamentos		(84.998)	(35.313)
Fluxos das atividades operacionais [1]		(386.079)	(273.902)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-	(1.848)
Outros activos		-	(1.848)
Recebimentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	1.000	-	-
Outros activos	-	1.000	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		1.000	(1.848)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recabimentos provenientes de:			
Fundo Social		-	25.000
Subsídios à exploração	356.119	-	280.430
Juros e rendimentos similares		-	-
Outros activos		356.119	285.430
Pagamentos provenientes de:			
Fundo Social		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		356.119	285.430
Variação do caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]		(28.960)	9.682
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	244.844	235.163
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	215.885	244.844

O anexo faz parte integrante desta demonstração dos fluxos de caixa.

O Contabilista Certificado
Paula Cristina Teixeira Carvalho



O Conselho de Administração

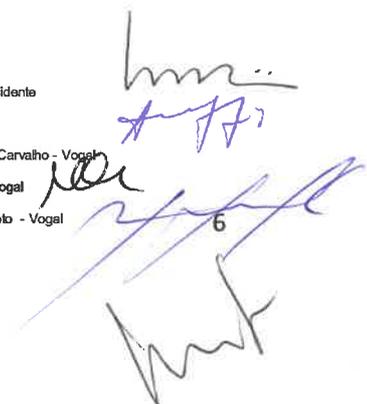
Luis Miguel Magalhães Ribeiro - Presidente

António José Gomes Ferraz - Vogal

Maria do Rosário Gamboa Lopes do Carvalho - Vogal

Maria Fernanda Bruço Geraldes - Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedrolo - Vogal





Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

1.1 Designação da Entidade:

FUNDAÇÃO AEP

1.2 Sede:

Avenida da Boavista, 2671
4100-135 Porto

1.3 NIPC:

509 536 786

1.4 Natureza da atividade:

A Fundação AEP (“Fundação”) é uma pessoa coletiva de direito privado e tipo fundacional, sem fins lucrativos, com estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, conforme despacho nº 6420-A/2018 de 19 de junho de 2018 e nos termos do Decreto-lei 460/77 de 7 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-lei 391/2007 de 13 de dezembro, tendo sido constituída em 19 de novembro de 2009, com sede no Porto, e iniciado a atividade a 01 de setembro de 2010.

A Fundação tem como objetivo a realização, apoio e patrocínio de ações de carácter técnico, promocional, cultural, científico, educativo e formativo que contribuam para o desenvolvimento do empreendedorismo e para a modernização e melhoria de condições na área empresarial; a difusão de conhecimento na área das ciências empresariais, em ordem a apoiar a comunidade, as empresas e os empresários, na resposta aos desafios da sociedade contemporânea.

7

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com a Portaria n.º 105/2011, de 14 de março, no quadro das disposições em vigor em Portugal para as Entidades do Sector Não Lucrativo, adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

A preparação da informação financeira de acordo com o Sistema de Normalização Contabilístico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, tem por a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas consignadas respetivamente, nos avisos 15652/2009, 15655/2009 e 15653/2009 de 7 de setembro e 6726-B/2011 de 14 de março, no Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março e nas portarias 105/2001 e 103/2011 de 14 de março.

As demonstrações financeiras apresentadas tiveram em consideração os novos modelos preconizados pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho.

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euro, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento da Administração da Fundação que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as suas operações, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

A empresa procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Esta alteração de política permite a atualização dos valores dos terrenos e edifícios aos valores de mercado.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de localização que a Fundação espera incorrer.

Os ativos fixos tangíveis são divulgados deduzidos das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas foram as constantes do Decreto Regulamentar 25/2009 e correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Designação</u>	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	100; 50; 20; 10
Equipamento administrativo	3 a 12
Outros activos fixos tangíveis	4 a 10

9




As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

Os aumentos à quantia escriturada resultantes da revalorização estão creditados em excedentes de revalorização de AFT, nos capitais próprios da empresa, e as respetivas reduções debitadas (resultantes das depreciações).

3.3- Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Fundação, sejam controláveis por esta e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos intangíveis mais significativos são conforme segue:

Designação	Anos
Equipamento publicitário	10

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

10

3.4 – Investimentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Fundação se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo ou custo amortizado

São classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e incluem as contas a receber e a pagar, caixa, depósitos bancários e financiamentos obtidos e concedidos.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e que não correspondam a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos nem a investimentos em associadas, bem como instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.



O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são avaliados quanto a imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta



deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Instrumentos compostos

Os instrumentos compostos são instrumentos financeiros que incluem uma componente de passivo financeiro e uma componente de instrumento de capital próprio. Estas duas componentes são apresentadas no balanço separadamente de acordo com a substância das correspondentes disposições contratuais.

A distinção entre passivo financeiro e instrumento de capital próprio é efetuada de acordo com a substância das disposições contratuais associadas.

No reconhecimento inicial do instrumento composto, a componente de passivo financeiro é determinada com base nas taxas de juro de mercado para instrumentos similares não compostos. Esta componente é mensurada ao custo amortizado, com base no método do juro efetivo. A componente de capital próprio é determinada pela diferença entre o montante recebido e o montante da componente de passivo financeiro, sendo registada no capital próprio. A componente de capital próprio não é subsequentemente remensurada.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Fundação não tem instrumentos compostos.

3.5 Instrumentos Financeiros:

- Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

A demonstração dos fluxos de caixa é elaborada através do método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

- Clientes e outras contas a receber

Esta rubrica está mensurada em balanço com base na quantia de rédito historicamente reconhecido, acrescida do IVA e, quando aplicável, de quantias de rédito de juros debitados, e deduzida de ajustamentos pelo risco de crédito não recuperável.

As imparidades reconhecidas em contas a receber são calculadas essencialmente com base nas antiguidades dos saldos das dívidas a receber e o perfil do risco do cliente, sendo que este método equiparou-se à utilização do critério de mora considerado fiscalmente em Portugal.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

- Financiamentos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo ao seu valor nominal líquido de eventuais comissões, sendo expressos no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respetivamente. O seu desconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações



decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Fundação não tem registada qualquer obrigação decorrente deste tipo de contratos.

- Fornecedores e outras contas a pagar

Estas contas estão reconhecidas pela quantia amortizável das respetivas dívidas. A Fundação entende que as quantias mostradas em balanço não diferem significativamente dos justos valores das respetivas dívidas. O seu desconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

3.6- Crédito

O crédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O crédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O crédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O crédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do crédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Fundação;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O crédito proveniente dos subsídios à exploração recebidos é reconhecido com referência à realização dos acontecimentos relacionados com a obtenção dos referidos subsídios.

O crédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Fundação e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.7. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES:

(a) Regime da periodização económica (acréscimo)

A Fundação reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidas ou liquidadas são reconhecidas em “Devedores por acréscimos de rendimento”; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagas ou liquidadas são reconhecidas em “Credores por acréscimos de gastos”.

(b) Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

(c) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

(d) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

3.8- Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte estão relacionadas:

- a) Justo valor e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, nomeadamente terrenos e edifícios;
- b) Registo de provisões e perdas por imparidade;
- c) Reconhecimento custos e ganhos a pagar e/ou receber, diretamente associadas ao crédito

3.9- Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após o termo do período em análise.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019 detalha-se conforme segue:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerário	288	369
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>215.597</u>	<u>244.475</u>
	<u>215.885</u>	<u>244.844</u>
	<u>215.885</u>	<u>244.844</u>

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Adoção inicial de novas normas ou de normas revistas

A Fundação adotou na preparação das suas demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019 as NCRF (Nota 2).

Alteração em políticas contabilísticas

A empresa procedeu em 2016 à revalorização de todos os terrenos e edifícios, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo.

6 PARTES RELACIONADAS

Transações com partes relacionadas

Os termos e condições praticados nas operações da Fundação com as outras partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que seriam praticados com entidades independentes.

As entidades relacionadas encontram-se caracterizadas abaixo:

AEP – Associação Empresarial de Portugal, com sede Avenida da Boavista, 2671 4100-135 Porto em Portugal, por via Estatutária.

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

18



	Venda Participações Financeiras 2020	Serviços prestados 2019
Entidades com controlo conjunto influência significativa	1.000	65.000
Outras partes relacionadas	-	-
	<u>1.000</u>	<u>65.000</u>

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Fundação apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

2020:

	Contas a receber líquidas
Entidades com controlo conjunto influência significativa	65.000
	<u>65.000</u>

2019:

	Contas a receber correntes
Entidades com controlo conjunto influência significativa	113.366
	<u>113.366</u>

No decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram registados quaisquer gastos com dívidas incobráveis e perdas por imparidade referentes a partes relacionadas.

7 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2020			
		Outros Ativos	
		Intangíveis	Total
Ativos			
	Saldo inicial	5.000	5.000
	Aquisições	226.612	226.612
	Saldo final	231.612	231.612
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade			
	Saldo inicial	4.375	4.375
	Amortizações do exercício	500	500
	Saldo final	4.875	4.875
	Ativos líquidos	226.737	226.737



 20

2019

	Outros Ativos	
	Intangíveis	Total
Ativos		
Saldo inicial	5.000	5.000
Saldo final	5.000	5.000
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo inicial	3.875	3.875
Amortizações do exercício	500	500
Saldo final	4.375	4.375
Ativos líquidos	625	625

Em 2020, concluíram-se os trabalhos para a construção de uma plataforma, de suporte à rede colaborativa, alojada em www.redeglobal.pt, no valor de 226.612 euros. Os trabalhos de construção da plataforma, tiveram início em outubro de 2018 e concluíram-se em dezembro de 2020, utilizando recursos próprios e adquiridos para o efeito e estão refletidos na demonstração de resultados na rubrica “trabalhos para a própria empresa”.

Em 2019, o valor registado em ativos intangíveis refere-se ao site que entrou em funcionamento em 2011. As amortizações do exercício, no montante de 500 euros (500 euros em 2019), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2020

	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689.224	1.803.343	7.772	24.960	2.525.299
Saldo final	689.224	1.803.343	7.772	24.960	2.525.299
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	174.935	7.466	18.892	201.293
Amortizações do exercício	-	20.770	244	1.502	22.516
Saldo final		195.705	7.710	20.394	223.809
Ativos líquidos	689.224	1.607.638	62	4.566	2.301.490

2019

	Terrenos	Edifícios	Equipam. administ.	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativos					
Saldo inicial	689.224	1.803.343	7.772	23.454	2.523.793
Aquisições	-	-	-	1.506	1.506
Saldo final	689.224	1.803.343	7.772	24.960	2.525.299
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo inicial	-	154.119	6.938	17.366	178.423
Amortizações do exercício	-	20.816	528	1.526	22.871
Saldo final		174.935	7.466	18.892	201.293
Ativos líquidos	689.224,00	1.628.407,75	306	6.068	2.324.006

As depreciações do exercício, no montante de 22.516 euros (22.871 euros em 2019) foram registadas na totalidade na rubrica de "Gastos de depreciação e amortização".

22



9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019 as participações financeiras da Fundação eram as seguintes:

	2020	2019
Associação de Parques de Exposição do Norte - Exponor	-	1.000
CESAE - Centro de Serviços e Apoio às Empresas	25.000	25.000
FGCT	173	-
NEXPONOR, SICAFI, S.A.	867.071	893.622
	<u>892.245</u>	<u>919.622</u>

O valor referente à Nexponor Sociedade Especial de Investimento Imobiliário de Capital Fixo Sicafi corresponde a títulos representativos de cerca de 2% do Fundo Imobiliário e que se encontram valorizados a 3,88 euros, de acordo com a proporção no seu capital próprio a 31 de dezembro de 2020.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o movimento ocorrido na rubrica “Participações financeiras”, foi o seguinte:

	2.020	2.019
Participações financeiras		
Saldo inicial	919.622	836.154
Aumentos	173	103.450
Alienações/abates	(1.000)	-
Aumentos/(Reduções) de justo valor	(26.550)	17
Outras variações	-	(20.000)
Saldo final	<u>892.245</u>	<u>919.622</u>

Em 2019 procedeu-se ao Write-off da provisão, no valor de 20.000 euros, na rubrica “outras variações”, uma vez que a Administração entende que não persistem razões para a sua manutenção.



10 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 Categorias de instrumentos financeiros

As categorias de instrumentos financeiros (ativos e passivos) em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhadas conforme se segue:

	2020			2019		
	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida	Custo / Custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia escriturada líquida
ATIVOS FINANCEIROS						
Disponibilidades:						
Numerário (Nota 4)	288	-	288	369	-	369
Depósitos à ordem (Nota 4)	215.597	-	215.597	244.475	-	244.475
	<u>215.885</u>	<u>-</u>	<u>215.885</u>	<u>244.844</u>	<u>-</u>	<u>244.844</u>
Ativos financeiros ao custo amortizado:						
Cientes (Nota 10)	58.373		58.373	22.713		22.713
Outras contas a receber (Nota 10)	393.654		393.654	461.531		461.531
	<u>452.027</u>	<u>-</u>	<u>452.027</u>	<u>484.244</u>	<u>-</u>	<u>484.244</u>
	<u>667.912</u>	<u>-</u>	<u>667.912</u>	<u>729.089</u>	<u>-</u>	<u>729.089</u>

PASSIVOS FINANCEIROS	2020	2019
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Fornecedores (Nota 10)	199.436	222.372
Outras contas a pagar (Nota 10)	43.811	23.529
	<u>243.248</u>	<u>245.901</u>

10.2 Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica clientes apresentava a seguinte composição:

	2020			2019		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Não vencido:						
0-180 dias	58.373		58.373	22.713		21.208
	58.373	-	58.373	21.208	-	21.208

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica outros créditos a receber apresentavam a seguinte composição:

	2020			2019		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia escriturada líquida
Correntes:						
Devedores por acréscimo de rendimento	327.217		327.217	347.384		347.384
Outras contas a receber	66.436		66.436	114.147		114.147
	393.654		393.654	461.531		461.531

A rubrica de "Devedores por acréscimo de rendimento" diz essencialmente respeito a subsídios já aprovados pelas entidades competentes, mas ainda não recebidos, para fazer face a custos já incorridos, no montante de 314.718 euros (347.384 euros em 31 de dezembro de 2019).

10.3 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de "Fornecedores" apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Fornecedores, conta corrente:		
Não vencido	199.436	222.372
	199.436	222.372

10.4 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro 2020 e 2019 a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	2020	2019
Outras contas a pagar		
Credores por acréscimo de gastos	41.237	18.648
Outros credores	2.574	4.881
	<u>43.811</u>	<u>23.529</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Credores por acréscimos de gastos” tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Remunerações a liquidar	14.821	17.001
Outros acréscimos de custos	26.417	1.647
	<u>41.237</u>	<u>18.648</u>

11 FUNDO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2020, o Fundo Social da Fundação é de 3.875.000 euros e está totalmente subscrito e realizado.

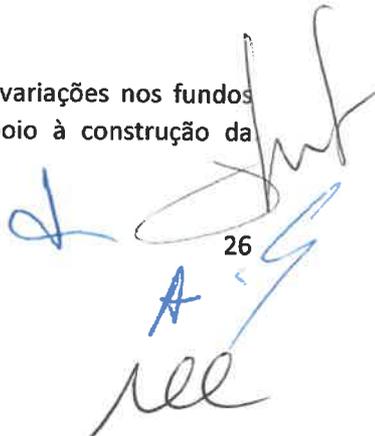
A Fundação não está sujeita à obrigatoriedade de constituição de Reservas Legais dada a sua natureza jurídica. Os valores que compõem os fundos patrimoniais, exceto em caso de liquidação, em que a decisão compete ao Conselho de Curadores, não são distribuíveis aos associados, podendo apenas ser utilizados para a cobertura de prejuízos ou em investimentos em atividades que constituam o objeto da Fundação.

Durante o período de 2019 o Fundo Patrimonial foi aumentado em 25.000 euros, com a entrada da seguinte entidade:

Top Atlântico – Viagens e Turismo, SA

Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

O valor de 134.890 euros, reconhecido no período de 2020, na rubrica outras variações nos fundos patrimoniais, respeita ao reconhecimento do subsídio público obtido para apoio à construção da plataforma redeglobal.pt.


 26
 A
 ree

12 PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

A empresa procedeu em 2017 à revalorização de todos os terrenos, recorrendo a uma avaliação efetuada por um perito externo e independente, passando a adotar o modelo de revalorização em vez do modelo custo. Em resultado da revalorização dos terrenos, os mesmos passaram a estar registados pelo montante de 689.224 euros, a sua nova base de custo, e gerado um incremento patrimonial de 263.180 euros e os correspondentes passivos por impostos diferidos de 51.547 euros naquela data.

13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as rubricas “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	2020		2019	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas				
Imposto s / Rendimento	2.000	-	2.000	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1.725	-	1.428
Imposto sobre o valor acrescentado	-	6.358	-	16.235
Contribuições para a Segurança Social	-	2.690	-	2.226
Outros Impostos	-	-	-	-
	<u>2.000</u>	<u>10.773</u>	<u>2.000</u>	<u>19.889</u>

14 DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

27





FUNDAÇÃO
FAEP

	2020	2019
Diferimentos ativos		
Outros gastos a reconhecer	2.131	2.053
Gastos relacionados com a Rede Diáspora	-	302.437
	<u>2.131</u>	<u>304.491</u>
Diferimentos passivos		
Receitas relacionados com a Rede Diáspora	-	257.072
	<u>-</u>	<u>257.072</u>

Em outubro de 2018 a FAEP iniciou um novo projeto para a criar uma plataforma que desse resposta a um *deficit* de informação sobre a diáspora, com o intuito de facilitar o processo de internacionalização das PME.

Em 2019 a FAEP incorreu em gastos e receitas com a plataforma, que foi concluída em dezembro de 2020, com esse propósito, em 2019, todos os gastos e receitas associadas a concretização da plataforma foram diferidos até essa data, altura em que foram reconhecidos (nota 7).

15 CRÉDITO

O crédito reconhecido pela Fundação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é detalhado conforme se segue:

	2020	2019
Prestação de serviços	99.258	62.008
Juros obtidos	-	0
Outros	466.087	237.502
	<u>565.346</u>	<u>299.509</u>

	2020	2019
Serviços às empresas	99.258	62.008
	<u>99.258</u>	<u>62.008</u>

16 SUBSÍDIOS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 a Fundação beneficiou dos seguintes subsídios à exploração por parte do Governo, no âmbito do programa COMPETE:

Subsídio	Montante total	Montante recebido	Montante por receber	Rébito do período	Rébito acumulado
Subsídios à exploração:					
	2.947.194	2.055.269	891.925	479.914	2.272.931
	2.947.194	2.055.269	891.925	479.914	2.272.931

Também compõem a conta de subsídios os patrocínios recebidos no montante de 34.281 euros (79.380 euros em 2019).

17 JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Não existem gastos de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Não existem juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme segue:



	2020	2019
Subcontratos	641.184	115.472
Electricidade	10.179	15.364
Água	3.091	3.500
Material de escritório	-	327
Rendas e alugueres	28	-
Conservação e reparação	4.514	5.985
Comunicação	1.335	1.689
Vigilância e segurança	24.714	22.604
Trabalhos especializados	1.152	12.866
Honorários	1.612	3.850
Seguros	2.053	1.998
Limpeza, higiene e conforto	5.030	5.814
Outros fornecimentos e serviços	3.309	2.840
	<u>698.201</u>	<u>192.309</u>

Os dispêndios registados na rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos- subcontratos” devem-se, sobretudo, a montantes incorridos em atividade subsidiada, no âmbito do programa COMPETE e na construção da plataforma de suporte à rede colaborativa.

19 GASTOS COM PESSOAL

A decomposição da rubrica de “Gastos com pessoal”, nos períodos findos a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é conforme se segue:

	2020	2019
Remunerações do pessoal	83.746	95.013
Encargos sobre remunerações	16.015	20.131
Indemnizações	17.909	-
Seguros de ac. trabalho e doenças prof.	535	618
	<u>118.205</u>	<u>115.762</u>

Não existem quaisquer obrigações legais ou construtivas que estipulem benefícios pós-emprego, benefícios por cessão de emprego ou outros pagamentos relativamente aos órgãos sociais.

O número médio de colaboradores de 2020 e 2019 foi de 3 e 3, respetivamente.

30

20 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Fundação é tributada sobre os rendimentos das diversas categorias do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e, nos termos do artº. 49 B do Estatuto dos Benefícios Fiscais dado o seu estatuto de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, é-lhe concedida isenção para todos os rendimentos, exceto comerciais, industriais ou de capitais.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

21 CONTINGÊNCIAS E GARANTIAS PRESTADAS

Não existem passivos contingentes no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 22 de março de 2021. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pelo Conselho de Curadores, nos termos da legislação em vigor em Portugal.

Em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus "Covid 19". Esta pandemia terá necessariamente um impacto na economia global e nos mercados financeiros em geral, assim como no desempenho e na atividade dos diferentes negócios e indústrias. Neste momento os principais bancos centrais e governos estão a preparar e implementar medidas de mitigação cujo impacto se afigura ainda de difícil quantificação, tendo em conta que se desconhece a duração desta situação disruptiva.

O Conselho de Administração está a acompanhar em permanência a evolução da pandemia, procurando minimizar os riscos associados ao surto e, na sequência das recentes recomendações da Direção Geral de Saúde (DGS), implementamos planos de contingência com o objetivo de garantir a segurança dos seus colaboradores e da comunidade em geral.

Foram ainda tomadas medidas para assegurar a continuidade das operações. Em 2020 e até ao momento, as operações da Fundação têm decorrido com normalidade e sem disrupção.

Face ao atual enquadramento de elevada incerteza e rápida evolução, ainda não é possível estimar com um grau de confiança razoável os impactos da pandemia na atividade, rentabilidade e liquidez da Entidade. No entanto, o Conselho de Administração considera, com base na informação atualmente disponível, que a liquidez e o nível de fundos patrimoniais serão suficientes para a Entidade prosseguir a sua atividade.

O Contabilista Certificado

Paula Cristina Teixeira de Carvalho



O Conselho de Administração

Luis Miguel Magalhães Ribeiro – Presidente

António José Gomes Ferraz – Vogal

Maria do Rosário Gamboa Lopes de Carvalho
– Vogal

Maria Fernanda Bruço Geraldes- Vogal

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedrote

